

ATA NÚMERO 04/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IMPREV – INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VIRADOURO.

Ata da reunião ordinária dos membros do Comitê de Investimentos, realizada no decimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, com início às oito horas, na sede do IMPREV – Instituto Municipal de Previdência de Viradouro, localizada na Praça Sagrado Coração de Jesus nº 100, na cidade de Viradouro, Estado de São Paulo. Os membros do Comitê foram previamente notificados e instruídos com todos os relatórios pertinentes, encaminhados via e-mail. Participaram da reunião os membros titulares: Sr. Cristiano dos Santos Monteiro, Sra. Carolina Harue Nacamura Shimano Bellini, Sra. Camila Leme Beluzzo Lodo, e a Presidente do Comitê, Sra. Mirelli Cristina Roderer Calderero Bresqui. Havendo quórum suficiente para deliberação, deu-se início à reunião com a seguinte pauta, previamente informada:

I – Apresentação do Relatório de Investimentos

Foi apresentado o Relatório de Investimentos referente ao mês de março e 1º Trimestre de 2026. A carteira de investimentos do IMPREV alcançou o valor de R\$ 116.041.862,87, apresentando crescimento nominal de 4,88% em relação ao valor de R\$ 110.643.334,43 registrado em 31/12/2025, não considerando os recursos disponíveis em conta corrente. As posições da carteira respeitam os limites definidos nos artigos da Resolução 5272/2025.

Foi apresentado relatório da contabilidade referente ao controle e à arrecadação. A carteira de investimentos, no mês de março de 2026, apresentou receita de R\$ 918.502,07, e no 1º Trimestre de R\$ 4.998.826,53.

A carteira de investimentos apresentou rentabilidade mensal de 0,80%, contra uma meta atuarial no mês (IPCA + 5,69% a.a.) de 1,37%, no 1º Trimestre do ano a rentabilidade foi de 4,51%, contra uma meta atuarial de 3,30%. Após análise da carteira de investimentos do IMPREV, o relatório foi aprovado por unanimidade dos presentes.

II – Análise Mensal

Foram analisados o Boletim Focus, o panorama econômico do mês de março, o fluxo de caixa mensal e anual dos aportes e investimentos, bem como os dispêndios de recursos para pagamento dos benefícios no curto, médio e longo prazos.

No exercício de 2026 no decorrer do mês de março, a dotação em relação as despesas previstas com as realizadas, encerrou o mês com sobra de saldo orçamentário em R\$ 5.674.771,11, dentro do mês foram

executados R\$ 581.997,25 equivalente a 9,30% sobre a dotação anterior. Em relação, a receita total constituída em março se deu no montante de R\$ 1.029.987,42. A comparação sobre as execuções dentre as receitas e despesas em março gerou um superávit no mês.

Dentre o mês de março observamos um ganho de caixa em relação as arrecadação e aplicações financeiras, e sobre o orçamento, onde entre as receitas arrecadadas e as devidamente pagas resultou em um superávit orçamentário e financeiro.

Cenário Econômico;

Março de 2026 foi marcado por um aumento significativo da aversão ao risco após a escalada do conflito entre Estados Unidos e Irã, elevando a volatilidade nos mercados globais e pressionando especialmente os ativos de renda variável e os investimentos no exterior. Esse ambiente adverso resultou em desempenho geral inferior às expectativas, com carteiras mais diversificadas que possuem exposição a investimento no exterior e renda variável local. No âmbito doméstico, a renda fixa local mostrou-se relativamente resiliente, beneficiada pela busca por proteção em momentos de incerteza e pela manutenção de expectativas de juros mais estáveis, enquanto a renda variável doméstica sofreu correções mais acentuadas ao longo do mês, com o ritmo de recuperação limitado pela aversão ao risco global. No cenário internacional, muitos mercados externos registraram desempenho fraco em suas moedas de origem. Como consequência, os resultados da carteira de nossos clientes em março, foram em sua maioria mais contidos, com maior impacto sobre carteiras com peso relevante em renda variável e investimentos no exterior.

Renda Fixa	Mês						Acumulado	
	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	Ano*	12 meses**
Selic	1,21	1,00	1,16	1,22	1,05	1,28	3,41	14,79
CDI	1,21	1,00	1,16	1,22	1,05	1,28	3,41	14,79
CDB (1)	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	3,06	12,71
Poupança (2)	0,67	0,62	0,67	0,68	0,66	0,68	1,98	8,32
Poupança (3)	0,67	0,62	0,67	0,68	0,66	0,68	1,98	8,32
IRF-M	-0,59	0,99	1,96	0,30	1,67	1,37	2,36	15,65
IMA-B	0,17	1,79	1,00	0,31	2,04	1,05	2,98	12,66
IMA-B 5	1,39	1,22	1,20	0,95	1,08	1,03	3,87	12,47
IMA-B 5 +	-0,78	2,24	0,84	-0,19	2,80	1,06	2,29	12,65
IMA-S	1,27	1,01	1,18	1,23	1,06	1,29	3,49	15,00
Renda Variável								
Ibovespa	-0,70	4,09	12,56	1,29	6,37	2,26	16,35	43,91
Índice Small Cap	-5,77	1,88	10,15	-3,58	6,03	0,43	5,75	26,95
IBRX 50	-0,26	4,27	13,15	1,44	6,29	2,11	17,68	43,98
ISE	-2,39	3,72	9,90	-2,37	7,62	0,87	11,26	40,21
ICON	-5,39	3,08	7,27	-2,99	7,05	0,45	4,62	23,89
IMOB	-9,36	8,09	12,22	-6,72	13,38	-1,44	9,95	62,25
IDIV	-0,23	4,38	10,56	1,46	5,31	1,78	15,13	40,93
IRX	-1,06	1,32	2,27	3,14	1,86	0,12	2,52	16,83

O PIB brasileiro encerrou 2025 com crescimento oficial de 2,3%, totalizando R\$ 12,7 trilhões em valores correntes, segundo dados das Contas Nacionais do IBGE. O resultado, embora positivo, refletiu uma economia em desaceleração e mais sensível aos choques externos que marcariam o início de 2026. O desempenho foi impulsionado principalmente pela agropecuária, que avançou 11,7% graças às safras recordes de milho (+23,6%) e soja (+14,6%); pelos serviços, que cresceram 1,8%, com destaque para os segmentos de informação e comunicação (+6,5%), atividades financeiras (+2,9%) e transporte (+2,1%); e pela indústria, que registrou alta de 1,4%, puxada pelas indústrias extrativas (+8,6%), especialmente petróleo e gás. O PIB per capita atingiu R\$ 59.687,49, com expansão real de 1,9% em relação a 2024.

Do lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,3%, limitado pela política monetária ainda restritiva, enquanto o consumo do governo avançou 2,1% e os investimentos (FBCF) tiveram alta de 2,9%, resultando em uma taxa de investimento equivalente a 16,8% do PIB. Para completar o quadro macroeconômico, o país encerrou o ano com taxa de desemprego de 5,1% no quarto trimestre e inflação acumulada de 3,81% em fevereiro de 2026, indicadores que ajudam a contextualizar o ambiente econômico que antecedeu o aumento da volatilidade global observado no início de 2026.

A balança comercial brasileira registrou em fevereiro um superávit de US\$ 4,2 bilhões, resultado impulsionado pelo forte avanço das exportações especialmente de petróleo, soja, minério de ferro e carne bovina e pela redução das importações, segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). As exportações somaram US\$ 26,3 bilhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 22,1 bilhões, elevando a corrente de comércio para US\$ 48,4 bilhões no mês. Esse desempenho representou um dos melhores resultados para meses de fevereiro na série histórica e contribuiu para que o superávit acumulado no primeiro bimestre alcançasse US\$ 8,02 bilhões, reforçando a resiliência do setor externo brasileiro mesmo em um ambiente global marcado por tensões geopolíticas e maior volatilidade.

A alta de 0,70% do IPCA em fevereiro foi puxada principalmente pelo grupo Educação, que avançou 5,21% devido aos reajustes típicos de início do ano letivo e respondeu sozinho por 0,31 ponto percentual do índice, com fortes aumentos em ensino fundamental, médio e pré-escola. O grupo Transportes também teve contribuição relevante, subindo 0,74%, impulsionado por itens como passagens aéreas (+11,40%), seguro voluntário de veículos e serviços de manutenção automotiva, enquanto os combustíveis mostraram comportamento misto. Já alimentação e bebidas registraram alta de 0,26%, com pressões vindas de produtos como açaí, feijão-carioca, ovos e carnes. Outros grupos também contribuíram, ainda

que de forma mais moderada, como saúde e cuidados pessoais, com avanços em itens de higiene e planos de saúde, e habitação, influenciada por aumentos em água, esgoto e energia elétrica. Esses movimentos combinados explicam a leitura acima do esperado para a inflação do mês. O setor público consolidado registrou em janeiro um superávit primário de R\$ 102,1 bilhões, impulsionado pelo forte crescimento da arrecadação federal, que avançou 6,7% em termos reais na comparação anual, segundo dados oficiais do Banco Central e da Receita Federal. O resultado foi favorecido pelo aumento das receitas administradas, especialmente IRPJ, CSLL e tributos sobre o consumo, além de maior recolhimento previdenciário e receitas não recorrentes típicas do início do ano. As despesas, por sua vez, cresceram em ritmo mais moderado, permitindo que o mês apresentasse o melhor desempenho fiscal para um janeiro desde o início da série histórica. Esse quadro reforça a melhora momentânea das contas públicas, embora a sustentabilidade do resultado ao longo de 2026 dependa da continuidade da atividade econômica e do controle das despesas obrigatórias.

O Copom (Comitê de Política Monetária) reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual na reunião de março de 2026, levando a taxa básica de juros para um patamar de 14,75% a.a., sinalizando uma postura cautelosa no ciclo de flexibilização monetária. A decisão refletiu a combinação de uma inflação que ainda mostra resistência em alguns componentes, como serviços e alimentação, e um ambiente externo mais adverso, marcado por maior volatilidade financeira e tensões geopolíticas, causadas pela guerra entre EUA e Irã. Embora parte do mercado esperasse corte maior, o comunicado reforçou a necessidade de avaliar com prudência os impactos do cenário internacional e da recente oscilação das expectativas de inflação, mantendo a trajetória de afrouxamento, porém em ritmo mais moderado.

Finalizando as questões locais, o último boletim Focus com posição do dia 02 de abril de 2026, trouxe a previsão do IPCA para 4,36% para o final de 2026, resultado inferior ao teto da meta estabelecida pelo Banco Central, e com valor acima da sondagem do mês anterior. O PIB trouxe um aumento na previsão de 1,85, acima do valor da última sondagem. Com relação a Selic o mercado prevê o número em 12,50% ao final de 2026. E por fim o câmbio as previsões do mercado apresentaram projeção inferior ao número divulgado no mês anterior de R\$5,40/USD 1.

	2026				2027				2028				2029			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	3,91	4,31	4,36	▲ (4)	3,80	3,84	3,85	▲ (2)	3,80	▲ (3)	3,50	▲ (31)				
PIB (var. %)	1,82	1,85	1,85	= (1)	1,80	1,80	1,80	= (14)	2,00	= (108)	2,00	= (55)				
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,41	5,40	5,40	= (3)	5,50	5,45	5,45	= (2)	5,50	= (8)	5,50	= (2)				
SELIC (N.a.a.)	12,13	12,50	12,50	= (2)	10,50	10,50	10,50	= (60)	10,00	= (11)	9,75	= (1)				

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade em relação ao Focus anterior

A inflação ao consumidor nos Estados Unidos avançou em linha com as expectativas em fevereiro, com o CPI subindo 0,27% no mês e acumulando alta de 2,4% em 12 meses, segundo os dados oficiais do Bureau of Labor Statistics (BLS). O resultado mostrou uma dinâmica ainda consistente com o processo de desinflação gradual observado desde o ano anterior, embora alguns componentes, especialmente serviços, sigam apresentando resistência. Mesmo assim, a leitura veio dentro do esperado pelo mercado, reforçando a percepção de que o Federal Reserve pode manter uma postura cautelosa, avaliando a evolução dos preços e das condições financeiras antes de iniciar qualquer ajuste mais significativo na política monetária.

O resultado do PIB dos Estados Unidos mostrou que o consumo permaneceu sólido no quarto trimestre de 2025, mesmo diante da desaceleração da economia no período. Segundo o advance estimate do Bureau of Economic Analysis (BEA), o PIB cresceu 1,4% em ritmo anualizado, após expansão de 4,4% no trimestre anterior, com o consumo das famílias continuando a ser o principal motor da atividade. Embora tenha havido uma desaceleração do consumo, ele ainda apresentou crescimento suficiente para sustentar a expansão do PIB, refletindo a resiliência da demanda doméstica em um ambiente de juros elevados e condições financeiras mais apertadas. Além disso, o indicador de vendas finais ao consumidor doméstico, que exclui estoques e exportações e é acompanhado de perto pelo Federal Reserve, avançou 2,4%, reforçando que o núcleo da economia americana seguiu robusto apesar da perda de fôlego no final de 2025.

Agora falando um pouco sobre a China, a economia chinesa iniciou 2026 sustentada principalmente pela forte demanda externa, com as exportações crescendo 21,8% no acumulado de janeiro e fevereiro, enquanto as importações avançaram 19,8%, resultando em um superávit comercial recorde de US\$ 213,6 bilhões para o período. O comércio exterior totalizou 7,73 trilhões de yuans, alta de 18,3% na comparação anual, impulsionado sobretudo por produtos eletromecânicos e de alta tecnologia, cujas exportações aumentaram 24,3%. Ao mesmo tempo,

começaram a surgir sinais de melhora do consumo interno, refletidos no aumento das importações de bens ligados ao consumo durante o feriado do Ano Novo Lunar e no avanço de dois dígitos das compras externas de máquinas, eletrônicos, petróleo e minério. A atividade industrial também reforçou o início positivo do ano, com a produção industrial crescendo 6,3%, a manufatura avançando 6,6%, o setor de equipamentos subindo 9,3% e a indústria de alta tecnologia registrando expansão de 13,1%. Esses números mostram uma economia que segue apoiada pelo setor externo, mas com indícios crescentes de recuperação gradual da demanda doméstica.

A publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025 consolidou um novo marco regulatório para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), alterando de forma profunda a lógica de alocação de recursos e reforçando a governança como elemento central do processo decisório. Para os RPPS que ainda não possuem certificação Pró-Gestão ou que se encontram no Nível I, as restrições impostas pela norma continuam representando desafios relevantes, especialmente no que diz respeito à rentabilidade e à capacidade de diversificação das carteiras. A resolução estabelece limites mais rígidos para a alocação de ativos, reduzindo o acesso a segmentos que historicamente contribuíam para melhorar o retorno ajustado ao risco. Com menos alternativas de diversificação, esses RPPS permanecem mais dependentes do comportamento da curva de juros.

No cenário de março de 2026, ainda marcado por juros elevados, mas agora com o início do ciclo de flexibilização monetária após o corte de 0,25 p.p. na Selic, a restrição regulatória não gera perdas imediatas, mas mantém o risco de comprometimento da rentabilidade caso não ocorra um fechamento consistente da curva, especialmente nos vértices médios e longos. Sem acesso a instrumentos mais sofisticados ou diversificados, as carteiras tendem a permanecer concentradas em renda fixa tradicional, com menor potencial de ganho real no longo prazo. Nesse contexto, o monitoramento ativo das flutuações da taxa de juros segue essencial. Mesmo com alternativas limitadas, a gestão pode buscar ganhos táticos por meio de fundos de índices de renda fixa compostos exclusivamente por títulos públicos federais, tais como: fundos IMA, que permitem exposição a diferentes vértices da curva; fundos IRF-M, sensíveis a movimentos de fechamento das taxas prefixadas; e fundos IDkA, que replicam curvas específicas de juros e podem ser utilizados para posicionamento tático, desde que respeitada a exigência de composição integral por títulos públicos federais. A utilização desses fundos permanece como uma das poucas estratégias disponíveis para mitigar o impacto das restrições regulatórias sobre a rentabilidade.

Para os demais RPPS, março mantém a dinâmica observada no início de 2026: juros elevados, inflação em processo lento de convergência e um

ambiente global ainda marcado por incertezas políticas e comerciais. Esse conjunto de fatores reforça a necessidade de uma postura prudente na alocação dos recursos.

III) – Deliberação da política mensal de investimentos, fica definido manter a carteira de investimentos sem alterações, as alocações dos recursos na carteira de investimentos do IMPREV, foram aprovados por unanimidade.

IV) – PALAVRA LIVRE. Nada mais a deliberar, a Presidente do Comitê deu por encerrada a reunião as 09:40hs, e para constar, o Gestor da Autarquia redigiu esta ata, e por serem verdadeiros os fatos constantes desta ata, assinam os membros do Comitê presentes.

CRISTIANO DOS SANTOS MONTEIRO
Comitê Investimentos
ANBIMA CPA-20
CGRPPS APIMEC

CAROLINA H. N. SHIMANO BELLINI
Comitê Investimentos
ANBIMA CPA-10
CGRPPS APIMEC

CAMILA LEME BELUZZO LODO
Comitê Investimentos

MIRELLI C. R. CALDERERO BRESQUI
Presidente do Comitê Investimento
CGRPPS APIMEC

IMPREV
Instituto Municipal de Previdencia de Viradouro